



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

ARTHUR CESAR PIO

**COOPERATIVISMO E AGENDA 2030: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRMA DIA C
PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL.**

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2026

ARTHUR CESAR PIO

**COOPERATIVISMO E AGENDA 2030: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRMA DIA C
PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Cooperativismo.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2026

ARTHUR CESAR PIO

**COOPERATIVISMO E AGENDA 2030: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DICA C
PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Cooperativismo.

APROVADO: 18 de junho de 2026

Prof. Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador) (UFV)

RESUMO

O presente trabalho analisa a contribuição do Programa Dia de Cooperar (Dia C) para o fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do cooperativismo brasileiro. O estudo caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados documentos institucionais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) produzidos entre 2020 e 2025, incluindo relatórios de gestão e sustentabilidade, manuais metodológicos do Programa Dia C e conteúdos disponibilizados na plataforma Somos Cooperativismo. A análise buscou identificar as relações entre as ações promovidas pelo Programa, os princípios cooperativistas e os objetivos da Agenda 2030, bem como discutir criticamente suas potencialidades e limitações à luz da literatura especializada. Os resultados indicam maior convergência das iniciativas com os ODS relacionados a erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente, redução das desigualdades cidades e comunidades sustentáveis e parcerias para a implementação dos objetivos. As ações analisadas evidenciam o potencial do cooperativismo para fortalecer a participação social, a mobilização comunitária, a solidariedade e a responsabilidade coletiva, aproximando os princípios cooperativistas da Agenda 2030. Entretanto, verificou-se que os documentos institucionais privilegiam a descrição das atividades realizadas em detrimento da apresentação de indicadores capazes de demonstrar seus impactos sociais, o que limita a avaliação mais precisa dos resultados alcançados. Conclui-se que o Programa representa uma importante estratégia de mobilização social e fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, sua efetividade encontra limites quando as ações permanecem pontuais, sendo necessária a continuidade das iniciativas, o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação e a articulação com políticas públicas e estratégias permanentes para ampliar seus impactos sociais e sustentáveis.

Palavras-chave: Agenda 2030; Cooperativismo; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Dia C.

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
Dia C	Dia de Cooperar
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
RNV	Relatório Nacional Voluntário

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Metodologia	10
3. Referencial Teórico	11
3.1 Cooperativismo	12
3.2. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	15
3.3. Cooperativismo, ODS e Dia C	18
4. Discussões e resultados	22
4.1. Relação entre ações do Dia C e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	26
4.2. O Dia C como expressão dos princípios cooperativistas	29
4.3. Impactos sociais	30
5. Considerações Finais.....	34
6. Referências	38

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, representa mudanças nas estratégias voltadas à superação de desafios sociais, econômicos e ambientais. É composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de propor 169 metas que demandam a participação ativa e conjunta dos governos, do setor privado e de organizações civis, na orientação de ações voltadas a acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico sustentável. Essa Agenda reforça a necessidade de estratégias articuladas entre diferentes atores sociais e institucionais para o enfrentamento dos desafios econômicos, sociais e ambientais contemporâneos (ONU, 2015).

No contexto brasileiro, a implementação da Agenda 2030 está diretamente vinculada à superação de entraves históricos estruturais, em que se destacam o combate às desigualdades sociais, a acentuada concentração de renda, a vulnerabilidade econômica crônica e as severas limitações no acesso a serviços básicos pela população. Segundo o Relatório Nacional Voluntário (RNV) apresentado pelo Brasil à ONU em 2024, tais desafios ainda representam obstáculos significativos para o alcance dos ODS no país (Brasil, 2024).

Nesse cenário, as cooperativas vêm sendo reconhecidas como importantes agentes de promoção do desenvolvimento local, principalmente por sua capacidade de mobilização coletiva, geração de renda, fortalecimento das comunidades e adoção de modelos de gestão orientados por princípios democráticos.

Nesse contexto, autores como Schneider (2012) destaca que o cooperativismo possui importante função social ao incentivar a inclusão produtiva, a participação democrática e o desenvolvimento comunitário. De forma complementar, estudos recentes demonstram que o modelo cooperativista pode apresentar elevada convergência com os princípios do ESG (*Environmental, Social and Governance*), especialmente na dimensão social, ao promover inclusão, responsabilidade comunitária, governança participativa e desenvolvimento regional (Silva et al., 2024).

Embora a literatura reconheça amplamente a contribuição do cooperativismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, observa-se menor atenção às análises críticas sobre como programas específicos operacionalizam essa relação, quais evidências sustentam suas contribuições e quais limites atravessam suas estratégias de intervenção. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para esse debate ao analisar o Programa Dia C para além de

sua dimensão institucional, procurando compreender suas potencialidades e limitações enquanto instrumento de fortalecimento dos ODS.

Entretanto, o potencial social atribuído ao cooperativismo não garante, por si só, resultados efetivos no enfrentamento das desigualdades. Sua efetividade depende das condições institucionais, do grau de participação democrática, da continuidade das ações desenvolvidas e da capacidade de articulação com políticas públicas e estratégias permanentes de desenvolvimento.

Ainda no contexto brasileiro, o Sistema OCB atua como entidade representativa do cooperativismo, promovendo iniciativas voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento das comunidades. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Dia de Cooperar (Dia C), criado em 2009 no estado de Minas Gerais pelo Sistema de Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) e, posteriormente, expandido para todo o território nacional, consolidando-se como uma importante ação que propõem estimular responsabilidade social e engajamento comunitário (OCB, 2024). O Programa alinha-se ao Dia Internacional do Cooperativismo (*Coops Day*), celebrado anualmente no primeiro sábado de julho e reconhecido pela ONU, em parceria com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), como forma de valorização e debates sobre o papel social do movimento cooperativista (ACI, 2026).

Nos últimos anos, as ações do Dia C passaram a ser progressivamente alinhadas aos ODS, incorporando as diretrizes da Agenda 2030 às iniciativas sociais desenvolvidas em diferentes regiões do país. Segundo o Sistema OCB, as cooperativas vêm sendo orientadas a vincular suas ações aos ODS como forma de ampliar seu impacto social e fortalecer estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse movimento, evidencia-se uma aproximação crescente entre o cooperativismo e a Agenda 2030, especialmente na tentativa de articular demandas locais a objetivos globais relacionados à sustentabilidade, à inclusão social e ao desenvolvimento comunitário.

Entretanto, embora essa aproximação seja frequentemente apresentada de maneira positiva pelo discurso institucional do cooperativismo, torna-se necessário problematizar de que forma tais ações efetivamente contribuem para o fortalecimento dos ODS e quais são seus limites concretos de atuação.

Foi a partir dessa inquietação que se elaborou a seguinte pergunta: de que maneira e sob quais limites institucionais e operacionais o Dia C atua como instrumento de fortalecimento dos ODS no âmbito do cooperativismo brasileiro?

Fundamentado no princípio cooperativista do interesse pela comunidade, o Programa Dia C mobiliza cooperativas e voluntários na realização de ações sociais, educativas e comunitárias em diferentes territórios brasileiros, aproximando práticas locais das diretrizes propostas pela Agenda 2030.

Considerando a abrangência territorial do Programa e a diversidade das iniciativas desenvolvidas, este trabalho concentra sua análise nos registros institucionais produzidos pelo Sistema OCB, com o propósito de examinar como o Dia C estrutura sua atuação em relação aos ODS e identificar as potencialidades e os limites dessas ações a partir dos documentos institucionais.

A partir desse contexto, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a contribuição das ações do Dia C para o cumprimento dos ODS, identificando em que medida essas iniciativas se relacionam com as metas da Agenda 2030 e examinando seus alcances e limitações no campo do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Tal objetivo parte do entendimento de que o cooperativismo pode promover processos de desenvolvimento por meio de ações voltadas à inclusão social, à educação, à participação comunitária e à sustentabilidade, ao mesmo tempo em que busca avaliar criticamente como essas contribuições são operacionalizadas no âmbito do Dia C.

Diante desse contexto, este trabalho justifica-se pela necessidade de investigar, de forma mais sistemática, em que medida as ações desenvolvidas no âmbito do Dia C contribuem para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para isso, busca identificar os ODS mais recorrentes nas iniciativas realizadas, analisar os impactos sociais descritos nos documentos institucionais e compreender os limites institucionais que permeiam a implementação dessas ações.

No campo acadêmico, o estudo busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre cooperativismo e sustentabilidade, especialmente no que se refere à articulação entre responsabilidade social, desenvolvimento local e Agenda 2030. Já sob o ponto de vista social, o estudo se justifica pela possibilidade de compreender como essas iniciativas incidem sobre a promoção do bem-estar coletivo, da cidadania e da redução das desigualdades sociais.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender de que maneira as ações desenvolvidas pelo Dia C se relacionam com os ODS no contexto do cooperativismo brasileiro.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos, documentos institucionais e publicações relacionadas ao cooperativismo, Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Já em relação à pesquisa documental, ocorreu um levantamento de dados secundários obtidos nos canais oficiais do Sistema OCB.

Quadro 1 – Documentos analisados.

Documento	Período	Finalidade
Relatórios OCB	2020-2025	Identificação das ações
Cartilhas Dia C	2020-2025	Diretrizes institucionais
Balanços anuais	2020-2025	Evidências de alinhamento aos ODS

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCB.

Cabe destacar que as ações foram classificadas conforme sua aderência temática aos ODS mencionados nos documentos, considerando a recorrência e a descrição das atividades realizadas.

A escolha desse recorte temporal justifica-se pelo aumento, nos últimos anos, das estratégias institucionais entre o cooperativismo e a Agenda 2030, especialmente após a consolidação dos ODS como referência internacional para políticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Além disso, o período selecionado contempla o aumento das ações do Dia C relacionadas diretamente aos ODS, permitindo observar como o discurso institucional do cooperativismo passou a incorporar conceitos relacionados à responsabilidade social, sustentabilidade e desenvolvimento comunitário.

Posteriormente, as ações foram confrontadas analiticamente com os respectivos ODS, mapeando-se a convergência entre as práticas executadas pelas cooperativas e as metas universais da Agenda 2030. A análise concentrou-se especialmente nos ODS mais recorrentes nas ações relatadas, entre eles os objetivos relacionados à erradicação da pobreza,

educação de qualidade, saúde e bem-estar, redução das desigualdades e parcerias para implementação dos objetivos.

Para fins desta análise, a contribuição do Dia C foi avaliada com base em dois critérios principais: (i) a convergência temática direta entre as ações voluntárias relatadas pelas cooperativas e as metas específicas da ONU; e (ii) a natureza do potencial impacto social das ações identificadas, distinguindo-se ações de caráter mitigatório/paliativo daquelas com potencial de transformação estrutural e emancipação socioeconômica das comunidades atendidas. Tal procedimento buscou ampliar o caráter crítico da análise, evitando interpretações exclusivamente institucionais acerca dos impactos sociais atribuídos ao Programa.

Reconhece-se, entretanto, que o uso exclusivo de dados institucionais secundários implica limitações metodológicas relativas à impossibilidade de mensuração direta e quantitativa dos impactos de longo prazo nas comunidades atendidas. Contudo, o método adotado confere o rigor necessário para decodificar qualitativamente a estratégia institucional de promoção do desenvolvimento sustentável do programa.

Por fim, a análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, buscando relacionar os referenciais teóricos do cooperativismo, e do desenvolvimento sustentável às práticas institucionais nos documentos analisados. Assim, a metodologia adotada procura compreender de forma crítica os limites e contradições presentes na relação entre cooperativismo, Agenda 2030 e responsabilidade social no contexto do Dia C.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda o cooperativismo enquanto modelo organizacional voltado ao desenvolvimento econômico e social, destacando seus impactos na geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento das comunidades locais no contexto brasileiro. Para Schneider (2012), as cooperativas desempenham papel importante no desenvolvimento socioeconômico ao promoverem participação democrática, distribuição de renda e fortalecimento do capital social. Ainda pode-se falar sobre a relação entre cooperativismo, Agenda 2030 e os ODS, evidenciando o papel do Dia C como instrumento de promoção de ações alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

3.1 Cooperativismo

O movimento cooperativo e as primeiras ideias para o trabalho em empresas cooperativas se estruturou a partir de dificuldades econômicas enfrentadas, sobretudo, por trabalhadores que, a partir da metade do século XVIII, se viram sem ocupação, já que seus produtos artesanais não tinham mais condições de concorrer com os produtos industrializados, os quais passaram a ocupar o mercado devido a nova era que se instalava, a Revolução Industrial.

A expressão Revolução Industrial é usualmente empregada para assinalar mudanças sociais e econômicas que marcam a transição de um modo de vida centrado em atividades estáveis na agricultura e no comércio, para um outro centrado na velocidade das descobertas mecânicas e no emprego de máquinas complexas em amplas instalações fabris, submetendo o campo à cidade (Souza; Oliveira, 2006, p.5).

Diante desse novo contexto mercadológico e de dificuldades sociais e econômicas que alguns teóricos iniciaram as primeiras discussões em busca de solução para tornar a sociedade mais justa e igualitária, além de tentar transmitir, o pensamento de que uma sociedade cooperativa, mais do que uma sociedade competitiva, poderia trazer equidade entre as pessoas. Dos principais autores, é possível destacar Robert Owen (1771-1858), inglês, considerado o pai do cooperativismo, que lutou pela substituição da competição pela cooperação e afigura-se dentre os inovadores sociais da Revolução Industrial.

Além dele outros pensadores como o francês François Marie Charles Fourier (1772-1837) que, também como Owen, idealizava uma sociedade mais justa, a qual pudesse se basear na minimização das desigualdades (Barros, 2016). Somando aos dois pensadores anteriormente citados, temos ainda a contribuição de Louis Blanc (1812-1882), um pensador francês que lutou pelo direito do trabalho, defendendo a liberdade das pessoas, com direito à instrução, e a formação moral da sociedade. Em seus ideais, a sociedade poderia garantir a possibilidade de trabalhar a partir da instrução geral e dos instrumentos de trabalho para todos. Considerado um homem de ação, suas ideias cooperativas pareciam mais realistas que as de seus precursores e contemporâneos (Barros, 2016).

Em síntese, o cooperativismo consolidou-se como um modelo socioeconômico capaz de conciliar eficiência econômica, participação democrática e compromisso com o desenvolvimento das comunidades. Fundamentado nos princípios reconhecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995), esse modelo busca promover a cooperação, a ajuda

mutua e a gestão coletiva, valorizando a participação dos cooperados na tomada de decisões e na distribuição dos resultados. Assim, o cooperativismo pode ser compreendido não apenas como uma forma de organização econômica, mas também como uma estratégia de fortalecimento social e desenvolvimento territorial.

Com base nos autores acima mencionados temos que, o cooperativismo é um modelo de organização econômica e social baseado na união voluntária de pessoas para atenderem as necessidades que têm em comum, trabalhando em conjunto e dividindo as responsabilidades e resultados. De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2020), diferentemente das organizações empresariais tradicionais, as cooperativas possuem como princípio central a valorização das pessoas e das necessidades coletivas, buscando conciliar desenvolvimento e, satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma organização de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Ainda, o cooperativismo é definido como um sistema, como uma doutrina, um movimento ou como uma atitude ou disposição de indivíduos que consideram as cooperativas como uma empresa com configuração “ideal” para organizar as suas atividades sociais e econômicas (Olicshevis, 2004)

Em síntese, o movimento cooperativo e a constituição das sociedades cooperativas são, portanto, fundamentados em ajuda mútua, igualdade entre as pessoas, democracia e valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (De Paula, 2010).

O cooperativismo teve sua origem em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Essa iniciativa é reconhecida como o marco histórico do cooperativismo moderno, servindo de referência para a formulação dos princípios cooperativistas adotados internacionalmente (Sistema OCB, 2022).

Segundo Pinho (2004), o modelo cooperativista se espalhou internacionalmente como alternativa econômica baseada na cooperação, ajuda mútua e gestão democrática. No Brasil, as primeiras experiências cooperativistas surgiram no final do século XIX, influenciadas principalmente por imigrantes europeus e pelas transformações econômicas ocorridas no meio rural e urbano. Ao longo do século XX, o cooperativismo expandiu-se em diferentes setores da economia brasileira, afirmando-se como importante instrumento de desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, o cooperativismo é regulamentado pela Lei nº 5.764/1971 que, em sua parte introdutória, define a Política Nacional de Cooperativas e estabelece o regime jurídico dessas sociedades cooperativas (Brasil, 1971).

A legislação, reconhece as instituições como sociedade de pessoas, com natureza civil e sem objetivo principal de lucro, fundamentadas na adesão voluntária, na participação democrática e na divisão coletiva dos resultados. Além disso, o cooperativismo brasileiro está organizado em diferentes ramos reconhecidos pelo Sistema OCB, entre eles: crédito, agropecuário, saúde, transporte, trabalho, produção de bens e serviços, consumo e infraestrutura, cada ramo atua em áreas específicas da economia, mas todos seguem os princípios cooperativistas voltados a gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, intercooperação e interesse pela comunidade (OCB, 2023).

Nesse sentido, o cooperativismo apresenta potencial de contribuição para processos de desenvolvimento local e fortalecimento comunitário, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Nos dias atuais temos que em um cenário econômico, tecnológico e social cada vez mais complexo, o movimento cooperativista reafirma sua capacidade de evoluir sem abrir mão de seus princípios fundadores: participação, proximidade, responsabilidade coletiva e compromisso com o desenvolvimento das comunidades.

Para isso, Schneider (2012), afirma que as cooperativas desempenham então importante função social ao favorecerem formas coletivas de organização econômica, participação democrática e comunitária local, fortalecendo também, processos de inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento social.

No Brasil, a representação institucional das cooperativas é exercida pelo Sistema OCB, organização que fica responsável pela promoção e fortalecimento do cooperativismo no país atuando na defesa dos interesses do setor, no trabalho em conjunto com órgãos governamentais e na busca por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das cooperativas e dos locais nos quais estão inseridas, desenvolvendo atividades de capacitação e orientação à gestão cooperativista (Sistema OCB, 2024).

Nesse contexto, iniciativas promovidas pelo Sistema OCB, como o Dia C, ganharam destaque ao materializar, na prática, os princípios cooperativistas relacionados ao interesse pela comunidade, participação social e responsabilidade coletiva. Ao desenvolver ações sociais, educativas e comunitárias em diferentes lugares, o Programa evidencia o potencial

do cooperativismo em contribuir para os ODS e no fortalecimento da articulação entre práticas locais e agendas globais. Dessa forma, torna-se relevante analisar de que maneira essas iniciativas aproximam práticas cooperativistas locais das diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030.

Contudo, para compreender como um programa dessa magnitude se estrutura e encontra legitimidade prática, faz-se necessário, primeiramente, resgatar as bases conceituais e a evolução histórica do próprio movimento cooperativista. É a partir dos valores e princípios intrínsecos a esse modelo socioeconômico que se fundamentam as conexões com a Agenda 2030, conforme discutido nas próximas seções.

3.2. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque internacional a partir da necessidade de conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Conforme a ONU (1987), no Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável está relacionado à capacidade de suprir as necessidades dos dias atuais sem comprometer as gerações futuras. A partir dessa perspectiva, ampliaram-se as discussões sobre modelos de desenvolvimento capazes de enfrentar problemas relacionados à pobreza, desigualdade social, exclusão econômica e degradação ambiental.

Nesse contexto, a ONU criou em 2015, durante a cúpula das Nações Unidas realizada em Nova York, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O documento foi aprovado por 193 países membros e estabeleceu um plano de ação no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, econômico e social, orientando governos, organizações e a sociedade civil na implementação de estratégias relacionadas a 17 Objetivos de ODS e 169 metas integradas, formuladas com o propósito de orientar ações voltadas à redução das desigualdades, erradicação da pobreza, promoção da saúde, educação de qualidade, proteção ambiental e fortalecimento da paz e das instituições democráticas (ONU, 2015). Os objetivos abrangem diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

Segundo a ONU (2015), os ODS possuem caráter integrado e interdependente, o que significa que os avanços alcançados em determinada área influenciam diretamente outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Essa característica reforça a necessidade de estratégias articuladas entre diferentes atores sociais e institucionais para o enfrentamento dos desafios econômicos, sociais e ambientais contemporâneos.

A Agenda 2030 representa uma mudança de paradigma nas políticas de desenvolvimento ao reconhecer que os desafios econômicos, sociais e ambientais são interdependentes e demandam ações coordenadas entre governos, organizações privadas e sociedade civil. Nessa perspectiva, os ODS ultrapassam a dimensão governamental e passam a orientar também estratégias organizacionais voltadas a responsabilidade social, a sustentabilidade e a geração de valor compartilhado. Para Sachs (2015), o alcance dos ODS depende da atuação conjunta de diferentes atores sociais, capazes de estabelecer parcerias e implementar soluções adaptadas as realidades locais.

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 está diretamente relacionada aos desafios históricos enfrentados pelo país, especialmente no combate às desigualdades sociais, à concentração de renda, à vulnerabilidade econômica e às limitações de acesso a serviços básicos. Conforme o RNV apresentado pelo governo federal à ONU em 2021, embora tenham sido observados avanços em alguns indicadores sociais, persistem

dificuldades estruturais que comprometem o alcance integral dos ODS, sobretudo em áreas relacionadas à pobreza, à segurança alimentar, à educação e às desigualdades regionais (Brasil, 2024).

Nesse cenário, a Agenda 2030 passou a estimular a participação de organizações da sociedade civil, instituições privadas e movimentos sociais na construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, as cooperativas apresentam significativa convergência com os princípios da Agenda 2030, especialmente em razão da valorização da participação democrática, da inclusão social, da geração de renda e do fortalecimento comunitário (OCB, 2023). Assim, o cooperativismo vem sendo reconhecido como um modelo organizacional com potencial para contribuir para diferentes ODS.

A contribuição das cooperativas para o desenvolvimento sustentável não decorre apenas de sua atuação econômica, mas também de sua forma de organização, baseada na participação democrática, na gestão coletiva e no compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Conforme Schneider (2012), essas características permitem que as cooperativas conciliem eficiência econômica com objetivos sociais, favorecendo processos de inclusão produtiva, fortalecimento do capital social e desenvolvimento das diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030, especialmente nos objetivos relacionados à redução das desigualdades, ao trabalho decente, à educação e ao fortalecimento das comunidades.

A relação entre cooperativismo e ODS mostra-se particularmente relevante em objetivos relacionados à erradicação da pobreza, ao trabalho decente, à redução das desigualdades, à educação de qualidade e ao fortalecimento das comunidades. Conforme a ACI (2020), os princípios cooperativistas podem favorecer práticas econômicas e sociais voltadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos marcados pela exclusão social e pela vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, as cooperativas ampliam sua relevância social, principalmente, ao promover ações coletivas voltadas à inclusão produtiva, à participação social e ao fortalecimento das economias locais.

No contexto brasileiro, os desafios relacionados à desigualdade social, à insegurança alimentar e às disparidades regionais reforçam a necessidade de estratégias institucionais voltadas ao desenvolvimento sustentável. Conforme o Relatório Nacional Voluntário (RNV) apresentado pelo Brasil à ONU em 2024, persistem limitações estruturais que dificultam o alcance integral dos ODS, especialmente em áreas relacionadas à pobreza,

à educação e à inclusão social (Brasil, 2024). Nesse contexto, amplia-se o debate acerca da participação de organizações coletivas e comunitárias na implementação de ações alinhadas à Agenda 2030.

Considerando a estrita aproximação entre o cooperativismo e ODS é possível mencionar que o movimento cooperativista é plenamente capaz de contribuir com os ODS, ainda que haja desafios e obstáculos a serem superados para a completa efetividade das ações, isto no sentido que estas promovam mudanças concretas tanto na perspectiva do trabalho, como também na perspectiva da melhoria da renda para as pessoas e consequentemente melhor qualidade de vida. Ou seja, para além da programação realizada em um dia específico e também para além dos registros e documentos institucionais da OCB, é necessário que haja em torno desse objetivo um movimento também do Estado, de agentes públicos com a definição de políticas públicas específicas com estímulo e estratégias multifuncionais voltadas à ações a segurança alimentar, a gestão de recursos ambientais, a geração de empregos e renda, a preservação da biodiversidade, o combate à fome, a consolidação de organizações sociais representativas dos interesses coletivos.

Entretanto, embora exista forte aproximação discursiva entre cooperativismo e Agenda 2030, torna-se necessário analisar criticamente de que maneira essas contribuições se materializam na prática e quais limites atravessam as iniciativas voltadas à sustentabilidade. A efetividade dessas ações não depende apenas dos princípios institucionais que orientam as cooperativas, mas também de sua capacidade de implementar estratégias permanentes de impacto social, estabelecer mecanismos de acompanhamento dos resultados e articular suas iniciativas com políticas públicas e outras ações de desenvolvimento local.

Dessa forma, a aproximação entre cooperativismo e Agenda 2030 pode ampliar o debate sobre o papel das cooperativas na promoção do desenvolvimento sustentável e evidencia a necessidade de analisar iniciativas institucionais que buscam materializar esses princípios na prática, como o Programa Dia C.

3.3. Cooperativismo, ODS e Dia C

Embora os princípios cooperativistas apresentem reconhecida convergência com os ODS, essa relação somente materializa quando tais princípios são incorporados as práticas desenvolvidas pelas cooperativas. Nesse contexto, programas institucionais assumem papel

relevante ao transformar valores como participação democrática, solidariedade, intercooperação e interesse pela comunidade em ações concretas voltadas ao desenvolvimento local e a promoção do bem-estar coletivo. Assim, a atuação das cooperativas ultrapassa a dimensão econômica e fortalece sua função social, aproximando os princípios cooperativistas das diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030.

Entre essas iniciativas, destaca o Programa Dia de Cooperar (Dia C), considerado a principal estratégia de responsabilidade social do cooperativismo brasileiro. Concebido originalmente em 2009 no estado de Minas Gerais pelo Sistema OCEMG, e posteriormente ampliado para todo o país pelo Sistema OCB, consolidando-se como mecanismo de mobilização de cooperativas, cooperados, colaboradores, voluntários e organizações parceiras em ações voltadas às demandas das comunidades onde atuam (Sistema OCB, 2023)

As ações desenvolvidas pelo Dia C, durante esse dia abrangem diferentes áreas como educação, saúde, inclusão social, segurança alimentar, capacitação profissional e preservação do meio ambiente. Conforme o Sistema OCEMG (2023), as iniciativas são realizadas por cooperativas, seus colaboradores e voluntários, com o objetivo de atender necessidades de cada comunidade.

Essa atuação também aproxima o cooperativismo brasileiro do movimento de cooperativas internacional. As mobilizações promovidas pelo Dia C convergem cronologicamente com os eventos do *Coops Day*, celebrado anualmente no primeiro sábado de julho, e reconhecido pela ONU e pela ACI, como uma oportunidade para evidenciar a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento sustentável.

Em 2026, o tema “Cooperativas por um Mundo Pacífico” reforça o compromisso do movimento com a construção de sociedades mais inclusivas, solidárias e sustentáveis (ACI, 2026). Dessa forma, o Dia C tende fortalecer a inserção do cooperativismo brasileiro em uma agenda internacional comprometida com a promoção da cidadania, da cooperação e do desenvolvimento sustentável.

Observa-se, portanto, que o Programa Dia C representa mais do que um conjunto de ações voluntárias desenvolvidas pelas cooperativas. Sua estrutura institucional evidencia uma estratégia de operacionalização dos princípios cooperativistas, permitindo que valores como solidariedade, participação democrática e interesse pela comunidade seja materializado em iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida da população e ao fortalecimento do desenvolvimento local.

A relação do cooperativismo com os ODS, mostra-se relevante no contexto da Agenda 2030, principalmente devido às características organizacionais das cooperativas, pautadas na cooperação, gestão democrática, participação econômica e interesse pela comunidade. Vale ressaltar que os princípios cooperativistas favorecem práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento das comunidades locais (ACI, 2020). Além disso, a OCB (2023) destaca que as cooperativas apresentam potencial para contribuir diretamente com diversas metas dos ODS, principalmente aquelas relacionadas à inclusão social, redução das desigualdades, promoção do trabalho digno, fortalecimento das comunidades e ampliação do acesso à educação e cidadania.

Nesse sentido, Schneider (2012) argumenta que o cooperativismo possui potencial significativo para contribuir com estratégias de desenvolvimento sustentável, uma vez que promove formas coletivas de organização econômica capazes de gerar valor social e fortalecer as comunidades locais. Nos últimos anos, o Dia C passou a alinhar suas ações aos ODS, permitindo uma melhor e maior relação entre práticas cooperativistas e as metas da Agenda 2030. Dessa maneira, o programa consolidou-se institucionalmente como um mecanismo de articulação entre ações locais e diretrizes globais de desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista analítico, o Dia C pode ser compreendido como um mecanismo de operacionalização dos princípios cooperativistas no âmbito da Agenda 2030, pois, ao estimular o voluntariado e a atuação comunitária, fortalece o princípio do interesse pela comunidade e amplia o alcance das ações cooperativas, além de favorecer a construção de redes de colaboração e a governança participativa e também contribuir para alcance dos seguintes objetivos: ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

Além de mobilizar cooperativas e voluntários em ações sociais e educativas, o Dia C também evidencia a tentativa do cooperativismo brasileiro de ampliar sua atuação no campo da responsabilidade social e do desenvolvimento comunitário. Nesse processo, iniciativas voltadas à educação, saúde, cidadania, arrecadação de alimentos, qualificação profissional e apoio a grupos em situação de vulnerabilidade passaram a ser frequentemente relacionados aos ODS, sobretudo aos ligados à erradicação da pobreza, educação de qualidade, redução das desigualdades e parcerias para implementação dos objetivos.

Entretanto, embora o alinhamento entre cooperativismo, Dia C e Agenda 2030 seja frequentemente apresentado de forma positiva nos documentos institucionais, torna-se

necessário analisar os limites e possibilidades dessas iniciativas. Conforme adverte Sen (2000), o desenvolvimento humano requer a expansão das liberdades e capacidades dos indivíduos, o que demanda transformações profundas na realidade local. Desse modo, a realização das ações sociais pontuais não garante, por si só, transformações estruturais duradouras nas condições de vida da comunidade atendida.

Sob a ótica de Singer (2002), se o movimento cooperativo se distancia de sua função transformadora, em muitos casos, os impactos produzidos possuem caráter assistencial, concentrando-se no atendimento imediato de demandas específicas, sem necessariamente alterar estruturas permanentes de desigualdade social e econômica que os ODS buscam erradicar.

Nesse contexto, a análise dos potenciais impactos sociais identificados nos documentos analisados por programas como o Dia C torna-se relevante para compreender de que maneira essas ações contribuem para o alcance dos ODS. A ACI (2020), mostra que é importante entender os efeitos dessas iniciativas por meio da avaliação de impacto social, utilizando um conjunto de métodos e indicadores para analisar os resultados e os efeitos delas. Tais indicadores podem incluir aspectos como inclusão social, geração de renda, acesso à educação, preservação do meio ambiente e melhoria na qualidade de vida, permitindo compreender, ainda que de forma descritiva, o alcance social das ações desenvolvidas pelas cooperativas.

Dessa forma, a análise do Dia C possibilita discutir não apenas as potencialidades do cooperativismo como instrumento de promoção social, mas também os limites institucionais e operacionais envolvidos na implementação de estratégias associadas aos ODS. Embora o Programa apresente potencial para fortalecer ações comunitárias e ampliar a participação social, sua efetividade depende da continuidade das iniciativas, do acompanhamento sistemático dos resultados, da ampliação das parcerias institucionais e da articulação com políticas públicas permanentes. Além disso, desafios relacionados à padronização de indicadores e à mensuração dos impactos sociais das ações ainda representam limitações importantes para a consolidação do Programa como estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Ainda que partam de perspectivas distintas, Schneider, Singer e Sen convergem ao indicar que os processos de desenvolvimento sustentável dependem não apenas da geração de benefícios imediatos, mas também da ampliação das capacidades coletivas, do

fortalecimento da participação social e da construção de mecanismos institucionais capazes de sustentar transformações duradouras.

Em síntese, a literatura analisada evidencia significativa convergência entre os princípios cooperativistas e os pressupostos da Agenda 2030, especialmente no que se refere à promoção da participação social, do desenvolvimento local e da responsabilidade coletiva. Entretanto, essa convergência, por si só, não constitui evidência suficiente de que as ações desenvolvidas pelas cooperativas apresentem evidências consistentes de seus impactos sociais ou de sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Torna-se, portanto, necessário examinar de que maneira essas diretrizes são operacionalizadas no âmbito do Programa Dia C, bem como analisar criticamente suas potencialidades e limitações a partir dos documentos institucionais produzidos pelo Sistema OCB. É nessa perspectiva que a seção seguinte apresenta a análise dos resultados do trabalho.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Este trabalho buscou analisar de que maneira o Dia C contribui para o fortalecimento dos ODS no contexto do cooperativismo brasileiro. A análise foi realizada a partir de dados obtidos em documentos institucionais divulgados pelo Sistema OCB entre os anos de 2020 e 2025, incluindo relatórios de gestão e conteúdos disponibilizados na plataforma “Somos Cooperativismo”. A partir desses documentos, buscou-se compreender como as ações promovidas pelas cooperativas participantes dialogam com os princípios cooperativistas e com as diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030.

Os ODS mobilizados neste estudo foram selecionados com base na recorrência temática identificada nos documentos analisados, especialmente nas ações relacionadas às áreas de educação, saúde, geração de renda, inclusão social, fortalecimento comunitário e sustentabilidade. Assim, foram priorizados os objetivos que apresentaram maior aderência às iniciativas desenvolvidas no âmbito do Dia C, evitando uma abordagem excessivamente ampla da Agenda 2030 e permitindo uma análise mais aprofundada das contribuições efetivamente identificadas nos documentos examinados.

Além disso, a seleção dos ODS analisados fundamentou-se na relação entre as ações identificadas e os princípios cooperativistas discutidos ao longo do referencial teórico, sobretudo aqueles relacionados ao interesse pela comunidade, à cooperação, à

responsabilidade coletiva e à participação social. Conforme Schneider (2012), o cooperativismo desempenha importante função social ao estimular práticas de participação democrática, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário, aspectos que dialogam diretamente com os objetivos analisados neste trabalho.

Cabe destacar que a escolha desses ODS não implica que o Dia C esteja restrito a tais objetivos, mas sim que eles se mostraram mais recorrentes e representativos no conjunto de documentos analisados. Dessa forma, a seleção adotada buscou conferir maior consistência analítica, concentrando a discussão nos objetivos que apresentaram evidências mais significativas de articulação com as ações promovidas pelas cooperativas.

Dessa forma, foi elaborado um Quadro (2) analítico com o objetivo de identificar os principais ODS relacionados às ações promovidas pelo Dia C bem como compreender de que maneira essas iniciativas se aproximam dos princípios cooperativistas e das estratégias de desenvolvimento sustentável propostas pela Agenda 2030. A partir dessa sistematização, buscou-se não apenas descrever as ações identificadas, mas também analisar suas potencialidades e limitações enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável no contexto do cooperativismo brasileiro.

Quadro 2 – Relação entre as ações do Dia C e os ODS identificados

ODS	Dimensão analisada	Exemplos de ações identificadas no Dia C	Relação com os princípios cooperativistas
ODS 1 - Erradicação da pobreza	Inclusão social e apoio comunitário	Campanhas solidárias, arrecadação e distribuição de alimentos, apoio a famílias em vulnerabilidade.	Interesse pela comunidade e solidariedade.
ODS 3 - Saúde e bem-estar	Promoção da saúde e qualidade de vida	Campanhas preventivas, ações educativas sobre saúde e bem-estar, atendimentos comunitários.	Responsabilidade social e bem-estar coletivo.
ODS 4 - Educação de qualidade	Educação cidadã e capacitação	Oficinas, palestras, atividades educativas e capacitação profissional.	Educação, formação e participação social.
ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Inclusão produtiva e geração de renda	Capacitações, incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento comunitário.	Cooperação econômica e desenvolvimento local.

ODS 10 - Redução das desigualdades	Inclusão social e fortalecimento da comunidade	Apoio a grupos vulneráveis e ações sociais inclusivas.	Equidade, participação e inclusão.
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	Desenvolvimento comunitário	Projetos sociais locais e mobilização comunitária.	Interesse pela comunidade.
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Sustentabilidade e conscientização	Campanhas ambientais educativas e conscientização sustentável.	Sustentabilidade e responsabilidade coletiva.
ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Cooperação institucional	Mobilização entre cooperativas, voluntários e instituições parceiras.	Intercooperação e governança participativa.

Fonte: Elaborado com base nos relatórios do Sistema OCB (2020 – 2025)

O Quadro 2 indica uma distribuição desigual das ações do Dia C entre os diferentes ODS. Foi observada uma concentração significativa de iniciativas vinculadas aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 3 (Saúde e Bem-Estar) e 4 (Educação de Qualidade), materializadas principalmente por meio de campanhas solidárias, arrecadação e distribuição de alimentos, ações preventivas de saúde e atividades educativas voltadas à comunidade. A recorrência dessas iniciativas pode estar associada à menor complexidade operacional e financeira exigida para sua implementação, além da capacidade de gerar resultados visíveis em curto prazo e de fortalecer a inserção social das cooperativas nos territórios em que atuam.

Embora os documentos apresentem diversas iniciativas desenvolvidas pelas cooperativas, as mudanças efetivamente produzidas por essas ações não se tornam plenamente evidentes, uma vez que os relatórios priorizam a descrição das atividades executadas, sem apresentar indicadores capazes de mensurar seus resultados ou impactos de longo prazo.

Por outro lado, verificou-se menor incidência de ações relacionadas a objetivos que demandam investimentos mais estruturados, planejamento de longo prazo e maior articulação institucional, como o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e determinados aspectos do ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Essa assimetria sugere que as iniciativas do programa tendem a priorizar respostas imediatas a demandas sociais emergenciais, em detrimento de intervenções voltadas à transformação estrutural de problemas econômicos, tecnológicos e ambientais mais complexos.

Tal constatação não reduz a relevância das ações desenvolvidas, mas evidencia os limites e desafios enfrentados pelo programa na ampliação de sua contribuição para diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Em grande medida, esses limites estão relacionados às características das próprias iniciativas desenvolvidas, especialmente ao seu caráter predominantemente pontual e à concentração em ações de curto prazo.

Embora os documentos institucionais evidenciem forte mobilização social e significativa participação das cooperativas nas ações desenvolvidas, a análise revelou que grande parte das iniciativas possui caráter predominantemente pontual, concentrando-se em atividades de curto prazo e no atendimento imediato de demandas sociais específicas. Esse perfil demonstra a capacidade do Programa de mobilizar voluntários, fortalecer o vínculo entre cooperativas e comunidades e responder a necessidades emergenciais, mas também suscita reflexões acerca de sua contribuição para a promoção de mudanças estruturais e duradouras.

Sob essa perspectiva, verifica-se que a efetividade das ações tende a ser limitada quando consideradas isoladamente como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais e de promoção do desenvolvimento sustentável. Tal limitação decorre não apenas da natureza episódica das iniciativas, concentradas em um único dia de mobilização, mas também da ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação capazes de mensurar os impactos produzidos em médio e longo prazo.

Problemas complexos, como a redução das desigualdades, a promoção da sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do desenvolvimento local, demandam intervenções contínuas, articuladas e sustentadas ao longo do tempo. Embora o Dia C desempenhe papel relevante ao sensibilizar a sociedade, estimular o voluntariado e fortalecer a cultura da cooperação, a consolidação de resultados mais consistentes requer que essas ações estejam inseridas em uma estratégia permanente de responsabilidade social. Isso implica integrar as iniciativas às práticas institucionais das cooperativas, fortalecer parcerias com o poder público e a sociedade civil e estabelecer processos de acompanhamento que permitam avaliar seus efeitos e aperfeiçoar continuamente as intervenções. Assim, o Dia C pode ser compreendido como um importante catalisador da mobilização coletiva, cujo potencial de transformação social é ampliado quando suas ações deixam de ser eventos isolados e passam a compor uma agenda contínua de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Sob essa perspectiva, a predominância de ações assistenciais e de caráter episódico sugere que os impactos mais significativos do Dia C estão associados à mitigação de vulnerabilidades imediatas e ao fortalecimento da participação comunitária. Entretanto, a promoção de mudanças mais profundas nas condições socioeconômicas das populações atendidas requer iniciativas capazes de articular inclusão produtiva, geração de renda, qualificação profissional contínua e fortalecimento institucional. Dessa forma, os resultados observados indicam que a contribuição do programa para os ODS é relevante, mas encontra limites quando considerada isoladamente como estratégia de enfrentamento das desigualdades estruturais.

Nesse contexto, a literatura sobre cooperativismo indica que a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento sustentável depende não apenas da realização de ações sociais, mas também de capacidade de gerar impactos permanentes nas comunidades onde atuam. Schneider (2012) ressalta que a função social das cooperativas está associada ao fortalecimento da participação comunitária, da inclusão produtiva e do desenvolvimento local.

Da mesma forma, estudos sobre avaliação da sustentabilidade em cooperativas destacam que iniciativas dessa natureza devem ser acompanhadas por indicadores capazes de mensurar seus resultados econômicos, sociais e ambientais, permitindo verificar se as ações desenvolvidas produzem mudanças efetivas nas condições de vida das populações beneficiadas (Bialoskorski Neto et al., 2022).

Sob essa perspectiva, o Programa Dia C demonstra relevante capacidade de mobilização social e alinhamento com os ODS, porém sua efetividade pode ser ampliada mediante a adoção de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação dos impactos produzidos pelas ações desenvolvidas.

4.1. Relação entre ações do Dia C e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A análise dos documentos institucionais do Dia C permitiu identificar diferentes formas de articulação entre as iniciativas desenvolvidas pelas cooperativas e os ODS da Agenda 2030. Entre os objetivos que apresentaram maior convergência com as ações promovidas pelo Programa, destacam-se o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 10 (Redução das Desigualdades), o ODS 11 (Cidades e Comunidades

Sustentáveis), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

As ações relacionadas ao ODS 1 manifestam-se principalmente por meio de campanhas solidárias, arrecadação e distribuição de alimentos, apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social e mobilizações comunitárias voltadas à assistência social. Embora as campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos contribuam para a mitigação imediata da insegurança alimentar e para o atendimento de necessidades emergenciais, sua capacidade de alterar estruturalmente as condições de pobreza depende da articulação com políticas permanentes de inclusão produtiva, geração de renda e proteção social.

No âmbito do ODS 3, identificaram-se ações relacionadas à promoção da saúde, campanhas preventivas, incentivo ao bem-estar e atividades educativas voltadas à qualidade de vida. Essas iniciativas evidenciam a preocupação das cooperativas com a promoção da saúde comunitária e com a disseminação de informações preventivas, contribuindo para a ampliação do acesso ao conhecimento sobre cuidados básicos de saúde e qualidade de vida. Contudo, assim como observado no ODS 1, os impactos dessas ações tendem a ser mais significativos quando integrados a estratégias permanentes de acompanhamento, prevenção e promoção da saúde nas comunidades atendidas.

Em relação ao ODS 4, observou-se significativa presença de iniciativas educativas promovidas pelas cooperativas, incluindo palestras, oficinas, campanhas de conscientização e ações voltadas à formação cidadã e à capacitação profissional. Essas práticas evidenciam o reconhecimento da educação como um instrumento estratégico para a promoção da inclusão social, do fortalecimento da cidadania e do desenvolvimento comunitário, estando alinhadas aos princípios cooperativistas de educação, formação e informação. Ao promover espaços de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos, as cooperativas contribuem para ampliar o acesso à informação e estimular o protagonismo dos indivíduos nas comunidades em que atuam.

No entanto, a análise também evidencia uma importante limitação. Embora os relatórios institucionais descrevam um conjunto expressivo de ações educativas e enfatizem seus benefícios, não foram identificados mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação capazes de demonstrar em que medida essas iniciativas produziram mudanças efetivas na realidade dos participantes. Aspectos como aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de competências, mudanças de comportamento, ampliação das oportunidades de inserção social e profissional ou fortalecimento da participação cidadã

permanecem descritos como resultados esperados, mas não são acompanhados por indicadores ou evidências que permitam aferir sua concretização.

Essa lacuna dificulta a avaliação da efetividade das ações e restringe a compreensão de sua contribuição para o alcance do ODS 4, uma vez que a simples realização de atividades educativas não garante, por si só, processos contínuos de aprendizagem ou transformações sociais duradouras. Nesse sentido, a incorporação de estratégias de monitoramento e avaliação de impactos mostra-se fundamental para qualificar as iniciativas desenvolvidas, orientar seu aperfeiçoamento e fortalecer a demonstração de sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto ao ODS 8, as ações referem-se à qualificação profissional, ao incentivo ao empreendedorismo e ao fortalecimento de práticas voltadas à inclusão produtiva e à geração de renda. Essas iniciativas apontam aproximações entre as práticas cooperativas e estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico local. De acordo com Gaiger (2004), experiências cooperativas e solidárias podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento local ao favorecer formas coletivas de geração de renda, inclusão produtiva e participação econômica comunitária. Contudo, a efetividade dessas ações depende de sua continuidade e da capacidade de gerar oportunidades permanentes de inserção econômica para os públicos atendidos.

As iniciativas associadas ao ODS 10 relacionam-se às ações de inclusão social, apoio a grupos vulneráveis e promoção de práticas comunitárias voltadas à redução das desigualdades sociais. De forma semelhante, o ODS 11 está vinculado a ações de fortalecimento comunitário, mobilização social e desenvolvimento local, especialmente àquelas realizadas diretamente nos territórios em que as cooperativas estão inseridas.

Já o ODS 12 relaciona-se a iniciativas de conscientização ambiental e incentivo a práticas sustentáveis, enquanto o ODS 17 está associado à articulação entre cooperativas, voluntários, organizações parceiras e comunidades locais, demonstrando a relevância das parcerias institucionais para a execução das ações promovidas pelo programa. A presença dessas parcerias evidencia a importância da cooperação interinstitucional para ampliar o alcance e a capacidade de mobilização das iniciativas desenvolvidas.

No entanto, mesmo que os documentos institucionais indiquem alinhamento entre as ações promovidas pelo Programa e os ODS, é possível perceber que nem sempre existe detalhamento suficiente sobre os impactos dessas iniciativas nas comunidades em que estão presentes. Em muitos casos, os relatórios priorizam a descrição das ações realizadas e

do número de participantes envolvidos, sem apresentar indicadores sistemáticos capazes de demonstrar efeitos sociais de longo prazo. Essa limitação dificulta uma avaliação mais precisa da efetividade das iniciativas, sobretudo no que se refere à capacidade de produzir transformações estruturais e sustentáveis nas comunidades beneficiadas. Portanto, percebe-se que as ações realizadas e por aqui mencionadas contribuem apenas para objetivos sociais imediatos, mas não fortalecem estratégias mais amplas de sustentabilidade, governança e responsabilidade social, pois tratam-se de momentos pontuais sem que isto se torne uma pauta específica na definição de políticas públicas para o fortalecimento da mobilização social.

4.2. O Dia C como expressão dos princípios cooperativistas

Para os propósitos do trabalho é importante destacar que o Dia C constitui um importante instrumento de operacionalização e materialização dos princípios cooperativistas, especialmente no que se refere ao interesse pela comunidade, à participação social, à cooperação e à responsabilidade coletiva. As ações promovidas pelas cooperativas, através do Dia C, demonstram o esforço de ampliar a atuação social do cooperativismo para além de sua dimensão estritamente econômica, reforçando sua contribuição para o desenvolvimento comunitário e para a promoção do bem-estar coletivo. Nesse sentido, Schneider (2012) destaca que as cooperativas desempenham relevante função social ao estimular a participação democrática, a inclusão produtiva e o fortalecimento das comunidades nas quais estão inseridas.

O princípio do interesse pela comunidade aparece de forma recorrente nas iniciativas analisadas, sobretudo nas ações voltadas ao atendimento de demandas sociais locais e ao fortalecimento das relações comunitárias. Conforme a ACI (2020), esse princípio representa um dos principais elementos responsáveis pela aproximação entre cooperativismo e desenvolvimento sustentável, uma vez que incentiva práticas orientadas para o bem-estar coletivo, a responsabilidade social e o desenvolvimento local.

Além disso, a mobilização conjunta de voluntários, colaboradores e cooperados evidencia a presença de elementos associados aos princípios da participação democrática e da responsabilidade social, amplamente discutidos ao longo do referencial teórico. Nesse contexto, o Dia C contribui para o fortalecimento da imagem institucional do cooperativismo

como um agente social comprometido com a promoção do desenvolvimento das comunidades em que atua.

A articulação entre ações comunitárias e os ODS também evidencia o movimento de aproximação das cooperativas às discussões contemporâneas relacionadas à sustentabilidade, à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, a participação conjunta entre cooperativas, voluntários e organizações parceiras demonstra a materialização do princípio da intercooperação, fortalecendo redes de colaboração e ampliando o alcance das ações promovidas pelo programa.

Tal cenário evidência que o cooperativismo, quando articulado a práticas coletivas e estratégias de mobilização comunitária, pode contribuir para o fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, a análise dos documentos institucionais permitiu identificar que parcela significativa das iniciativas desenvolvidas apresenta caráter predominantemente assistencial e pontual, concentrando-se no atendimento imediato de necessidades sociais específicas.

Embora tais ações desempenhem papel relevante na mitigação de demandas emergenciais e no fortalecimento dos vínculos comunitários, sua capacidade de promover transformações estruturais duradouras mostra-se limitada quando não articulada a estratégias permanentes de inclusão social, geração de renda e desenvolvimento local.

Dessa forma, embora o Programa apresente expressiva capacidade de mobilização social e fortalecimento comunitário, seus resultados dependem da continuidade das ações, da ampliação das parcerias institucionais e da capacidade de construção de estratégias permanentes de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, Gaiger (2004) argumenta que iniciativas cooperativas e solidárias tendem a produzir resultados mais duradouros quando articuladas a processos contínuos de desenvolvimento local, participação democrática e fortalecimento institucional.

4.3. Impactos sociais

A análise das ações desenvolvidas no âmbito do Dia C apresenta contribuições sociais relevantes, especialmente no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os impactos identificados neste trabalho foram analisados a partir das descrições presentes nos relatórios institucionais e documentos oficiais do Sistema OCB, considerando elementos como participação comunitária, mobilização

voluntária, arrecadação de alimentos, campanhas de saúde, ações educativas, capacitações profissionais e fortalecimento de iniciativas locais.

Conforme os relatórios institucionais do Sistema OCB (2023), as práticas promovidas pelas cooperativas demonstram convergência com as diretrizes dos ODS, mobilizando esforços voltados à redução das desigualdades, à promoção da cidadania e ao fortalecimento do desenvolvimento local.

Nesse contexto, Schneider (2012) destaca que o cooperativismo possui potencial significativo para fortalecer comunidades por meio da cooperação, da participação democrática e da inclusão produtiva, especialmente em cenários marcados por desigualdades sociais. Tal perspectiva pode ser observada nas ações desenvolvidas pelo Programa Dia C, que abrangem áreas como educação, saúde, segurança alimentar e inclusão social, contribuindo para a mitigação de necessidades imediatas e para a ampliação do acesso a serviços essenciais nas comunidades atendidas.

Além dos benefícios materiais proporcionados pelas ações promovidas, a mobilização de cooperados, colaboradores e voluntários gera efeitos que ultrapassam os resultados imediatos das iniciativas. Esse engajamento coletivo atua no fortalecimento de redes de solidariedade local e no incremento do capital social, consolidando canais de participação que aproximam as cooperativas de seu entorno geográfico e social. Desse modo, os impactos sociais de curto prazo mostram-se visíveis e eficazes no fortalecimento de uma cultura de responsabilidade compartilhada, cooperação e coesão comunitária.

As ações educativas identificadas nos documentos analisados também merecem destaque, uma vez que apresentam potencial para promover a conscientização social, a formação cidadã e a disseminação de práticas relacionadas à sustentabilidade.

Nesse sentido, o Dia C contribui para ampliar o debate sobre responsabilidade coletiva e desenvolvimento sustentável, fortalecendo o papel social do cooperativismo junto às comunidades beneficiadas. Além disso, iniciativas voltadas à educação e à capacitação apresentam potencial de gerar efeitos mais duradouros do que ações estritamente assistenciais, uma vez que podem contribuir para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos participantes.

Sobre isso, Sen (2000) argumenta que o desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo aumento da renda ou assistência monetária e material, mas pela expansão das liberdades reais que as pessoas têm para escolher a vida que valorizam. Segundo o autor citado, a assistência montaria e material alivia a privação imediata, mas a educação e a

capacitação transformam "recursos" em "capacidades" (habilidades funcionais) e "funcionamentos" (conquistas reais), o que empodera o indivíduo a ser o agente de sua própria mudança, quebrando a armadilha da dependência intergeracional.

Contudo, ao confrontar a capilaridade do Dia C com o cenário socioeconômico brasileiro, sobressai uma contradição latente entre a urgência das demandas emergenciais e o caráter efêmero de parte das intervenções realizadas. Campanhas voltadas à arrecadação de alimentos e vestuário, embora vinculadas aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) e fundamentais para o atendimento de necessidades imediatas, configuram-se predominantemente como ações de caráter paliativo e assistencial. Como destacado pelo Relatório Nacional Voluntário (Brasil, 2024), as desigualdades sociais no Brasil possuem natureza estrutural, estando diretamente associadas à concentração de renda, à precarização das relações de trabalho e às dificuldades de acesso a oportunidades econômicas e sociais.

Nesse sentido, o voluntariado mobilizado pelo Dia C, embora legítimo e amparado pelo princípio cooperativista do interesse pela comunidade, encontra limites objetivos em sua capacidade de enfrentamento das causas estruturais da pobreza e da exclusão social. Embora as campanhas de arrecadação e assistência contribuam para amenizar situações de vulnerabilidade imediata, sua capacidade de promover transformações socioeconômicas duradouras depende da articulação com estratégias permanentes de inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento das capacidades locais. Nessa perspectiva, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registra sobre a necessidade de convergência entre estes e aponta que os programas de inclusão produtiva com o eixo de sustentabilidade de longo prazo podem transformar o alívio temporário da pobreza em emancipação econômica real (IPEA, 2020).

Verifica-se, portanto, que a predominância de ações pontuais e sazonais pode limitar o potencial de transformação social em longo prazo, uma vez que tende a concentrar esforços no atendimento de demandas imediatas e emergenciais. Embora essas iniciativas desempenhem papel relevante ao mitigar necessidades urgentes e mobilizar a comunidade, desafios sociais complexos, como a redução das desigualdades, a promoção da educação, a geração de renda e a sustentabilidade ambiental, exigem intervenções contínuas, articuladas e acompanhadas ao longo do tempo.

Assim, a efetividade dessas ações depende não apenas de sua capacidade de responder a problemas imediatos, mas também de sua integração a estratégias permanentes

de desenvolvimento, capazes de promover mudanças estruturais e produzir impactos sustentáveis nas comunidades beneficiadas. Além das limitações inerentes ao presente estudo, é necessário reconhecer que a própria natureza das informações disponíveis impõe restrições à análise dos resultados alcançados pelo Programa.

Por basear-se exclusivamente em documentos institucionais, o trabalho dependeu de registros produzidos pelas organizações responsáveis pela execução das ações, os quais privilegiam, em sua maioria, a descrição das atividades realizadas, do número de participantes e das ações desenvolvidas. Em contrapartida, observa-se a escassez de indicadores capazes de evidenciar os efeitos produzidos sobre a realidade das comunidades atendidas, especialmente em médio e longo prazo. Essa característica limita não apenas esse trabalho, mas também a capacidade do próprio Programa de demonstrar, de forma sistemática, sua efetividade e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Essa constatação evidencia a necessidade de distinguir a realização de atividades dos resultados e impactos efetivamente produzidos. A execução de palestras, oficinas, campanhas e ações comunitárias representa um importante esforço de mobilização social e de aproximação entre as cooperativas e seus territórios de atuação. No entanto, a realização dessas iniciativas não constitui, por si só, evidência de transformações estruturais nas condições de vida da população beneficiada. Mudanças relacionadas à redução das desigualdades, à ampliação da renda, ao fortalecimento da inserção produtiva, ao aumento da participação cidadã ou à consolidação de processos de desenvolvimento local dependem de intervenções contínuas, articuladas e sustentadas ao longo do tempo, além de serem influenciadas por múltiplos fatores sociais, econômicos e institucionais.

Sob essa perspectiva, a ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação não representa apenas uma limitação metodológica deste estudo, mas também um desafio para a gestão do próprio Programa. Sem instrumentos capazes de acompanhar a evolução dos beneficiários, mensurar resultados e identificar impactos de médio e longo prazo, torna-se difícil verificar se as ações realizadas produzem mudanças duradouras ou se seus efeitos permanecem restritos ao momento da intervenção. Consequentemente, a predominância de indicadores de execução, como quantidade de ações realizadas ou número de participantes atendidos, embora relevante para demonstrar o alcance das iniciativas, mostra-se insuficiente para aferir sua efetividade enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável.

Essa reflexão converge com a perspectiva de Gaiger (2004), ao afirmar que iniciativas cooperativas e de economia solidária somente alcançam maior capacidade transformadora quando sustentadas por processos permanentes de articulação institucional, fortalecimento das redes comunitárias e mecanismos contínuos de acompanhamento e avaliação. Nessa perspectiva, o potencial do Dia C não deve ser compreendido apenas pela sua capacidade de mobilização anual, mas sobretudo pela possibilidade de constituir um ponto de partida para ações permanentes de desenvolvimento local, integradas às estratégias institucionais das cooperativas e articuladas com políticas públicas e outros atores sociais.

Assim, conclui-se que o Dia C desempenha papel relevante na promoção da cidadania, da solidariedade e do engajamento comunitário, contribuindo para a difusão de práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, sua capacidade de produzir transformações sociais mais profundas e duradouras depende da superação de uma proposta episódica, baseada em ações concentradas, principalmente, em um único dia de mobilização. A ampliação de seus impactos requer a continuidade das iniciativas, a institucionalização de processos de monitoramento e avaliação e o fortalecimento de parcerias capazes de integrar essas ações a estratégias mais amplas de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Somente dessa forma será possível avançar da mobilização social para a efetiva transformação das realidades locais, ampliando a contribuição do cooperativismo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso foi proposto compreender a contribuição do Programa Dia de Cooperar (Dia C) para o fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do cooperativismo brasileiro. O primeiro objetivo consistiu em analisar a contribuição das ações do Dia C para o cumprimento dos ODS, identificando em que medida essas iniciativas se relacionam com as metas da Agenda 2030 e examinando seus alcances e limitações no campo do desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Partindo da concepção de que o cooperativismo em muito pode contribuir com os objetivos e pressupostos da Agenda 2030, foi abordado inicialmente a conceituação de cooperativismo, bem como seus princípios universais e os objetivos que foram definidos

pela Agenda. Posteriormente, buscou-se entender como ambos poderiam estar relacionados e contribuir entre si.

As análises neste trabalho buscaram compreender de que maneira o Programa Dia de Cooperar (Dia C), promovido pelo Sistema OCB, contribuiu para o fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do cooperativismo brasileiro. A partir da análise documental realizada com base em relatórios institucionais, materiais oficiais e documentos relacionados ao programa entre os anos de 2020 e 2025, foi possível identificar convergências entre as ações promovidas pelas cooperativas e os princípios estabelecidos pela Agenda 2030.

Os resultados obtidos neste estudo demonstraram que as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Dia C apresentaram maior relação com os ODS voltados à erradicação da pobreza, à saúde e bem-estar, à educação de qualidade, ao trabalho decente e crescimento econômico, à redução das desigualdades, às cidades e comunidades sustentáveis, ao consumo e à produção responsáveis e às parcerias para a implementação dos objetivos. Essas contribuições manifestaram-se principalmente por meio de campanhas solidárias, atividades educativas, mobilização comunitária, capacitações, ações de conscientização social e fortalecimento das redes de cooperação.

Outra consideração que merece destaque é que os princípios cooperativistas apareceram de forma recorrente nas práticas desenvolvidas pelo Programa, sobretudo aqueles relacionados ao interesse pela comunidade, à participação social, à cooperação e à responsabilidade coletiva.

Nesse sentido, apesar de ser realizado em um momento do ano o Dia C pode contribuir para ampliar a atuação social das cooperativas, no fortalecimento da sua relação com as comunidades e na promoção das iniciativas voltadas ao desenvolvimento local e à cidadania.

Considerando especificamente o objeto deste trabalho, torna-se fundamental reconhecer a relevância das ações educativas e de mobilização social desenvolvidas pelo Dia C, especialmente por sua capacidade de aproximar os princípios do cooperativismo das diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030. As iniciativas analisadas evidenciam o potencial do Programa para disseminar valores relacionados à sustentabilidade, à cooperação, à participação comunitária e ao exercício da cidadania, contribuindo para fortalecer a percepção de responsabilidade coletiva diante dos desafios sociais, econômicos e ambientais presentes nos territórios em que as cooperativas atuam. Nesse sentido, o Dia C reafirma o

papel do cooperativismo como agente mobilizador de processos de desenvolvimento local, ao estimular práticas de solidariedade, engajamento comunitário e construção coletiva de soluções.

Entretanto, reconhecer a relevância dessas contribuições implica também analisar criticamente seus limites e condições de efetividade. Embora as ações desenvolvidas apresentem resultados positivos relacionados à sensibilização social, à educação comunitária e ao atendimento de demandas específicas, a análise demonstrou que parte significativa das iniciativas possui caráter pontual, concentrando-se em atividades realizadas em períodos específicos e voltadas, principalmente, para respostas imediatas às necessidades identificadas. Esse formato, embora importante para a mobilização social e para a mitigação de situações de vulnerabilidade, apresenta limitações quanto à capacidade de produzir mudanças estruturais e permanentes, uma vez que processos como redução das desigualdades, ampliação da renda, inclusão produtiva e fortalecimento das capacidades comunitárias dependem de estratégias contínuas, articuladas e sustentadas ao longo do tempo.

Dessa forma, os resultados do trabalho indicam que a contribuição do Dia C para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é importante, sobretudo no que se refere à promoção da cultura cooperativista, ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à sensibilização da sociedade para temas relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Contudo, sua capacidade transformadora encontra limites quando as ações são compreendidas de maneira isolada, sem integração com iniciativas permanentes de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Assim, o principal desafio do Programa não está apenas na ampliação da quantidade de ações realizadas, mas na construção de mecanismos que permitam transformar essas mobilizações em processos contínuos de intervenção social, capazes de gerar impactos mais consistentes e duradouros.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à ausência de mecanismos padronizados de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados. Embora os documentos institucionais apresentem informações importantes sobre as ações realizadas, o número de participantes envolvidos e as comunidades alcançadas, observa-se a necessidade de avançar na construção de indicadores capazes de mensurar os efeitos dessas iniciativas em médio e longo prazo. A ausência desses instrumentos dificulta a identificação dos impactos efetivamente produzidos e limita a compreensão sobre até que ponto as ações desenvolvidas contribuem para alterações concretas nas condições de vida das populações

beneficiadas. Nesse sentido, o fortalecimento dos processos avaliativos constitui uma etapa fundamental para consolidar o Dia C como uma estratégia permanente de promoção do desenvolvimento sustentável.

Apesar dessas limitações, os resultados deste estudo contribuem para ampliar a compreensão das interfaces entre cooperativismo, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, ao evidenciar tanto as potencialidades quanto os desafios presentes nas ações desenvolvidas pelo Programa. Os achados demonstram que o Dia C desempenha papel relevante ao mobilizar cooperativas, estimular práticas solidárias e fortalecer a participação comunitária, configurando-se como um importante instrumento de aproximação entre as organizações cooperativas e as demandas sociais dos territórios.

Contudo, o trabalho também evidencia que a capacidade do Programa de contribuir para transformações socioeconômicas mais amplas depende da superação de uma lógica predominantemente baseada em ações em apenas um dia. Embora iniciativas pontuais possam produzir benefícios imediatos e representar importantes oportunidades de mobilização, mudanças relacionadas à inclusão social, à geração de renda, ao fortalecimento das capacidades locais e à redução das desigualdades exigem articulação com políticas públicas, estabelecimento de parcerias institucionais e implementação de estratégias permanentes de desenvolvimento.

Assim, este estudo possibilita uma reflexão crítica sobre o papel do Dia C enquanto instrumento de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando que sua relevância não deve ser avaliada apenas pelos resultados imediatos das ações realizadas, mas também pela sua capacidade de estimular processos contínuos de transformação social. Para ampliar sua contribuição à Agenda 2030, torna-se necessário fortalecer a articulação entre cooperativas, comunidades, instituições públicas e demais atores sociais, bem como aprimorar os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos impactos gerados.

Por fim, trabalhos futuros poderão aprofundar essa discussão por meio de estudos de campo, entrevistas com beneficiários, análises longitudinais e avaliações diretas dos impactos sociais das iniciativas desenvolvidas. Essas abordagens poderão contribuir para compreender com maior precisão em que medida as ações promovidas pelo Dia C ultrapassam o caráter mobilizador e educativo, tornando-se capazes de produzir transformações duradouras nas comunidades atendidas.

6. REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Cooperativas para o desenvolvimento sustentável**. Bruxelas: ACI, 2020. Disponível em: <https://ica.coop/en>. Acesso em 26 mar. 2026

BARROS, José D'Assunção. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*. V.15, n.2, p.223-238, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315966201_Charles_Fourier_os_falansterios_e_a_critica_a_civilizacao_industrial. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Diário Oficial da União: Capítulo II, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Relatório Nacional Voluntário, Brasil 2024**. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em:

https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/portugues. Acesso em: 26 mar. 2026

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **ONU reconhece cooperativismo como modelo de desenvolvimento sustentável**. Portal do Cooperativismo Financeiro, 2025. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2025/08/onu-reconhece-cooperativismo-como-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DE PAULA, Alessandra Edna. O papel pedagógico das cooperativas-escola. Um estudo comparativo da prática educativa do Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal do Tocantins, e do Campus Urutaí, do Instituto Federal Goiano. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)—Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Agronomia. Seropédica (RJ). 2010.

GANDRA, Ricardo. **A importância das cooperativas no Brasil**. SICOOB, 2024. Disponível em:

https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/229971016. Acesso em 27 jan. 2026.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira**. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 117-134.

MUNDOCOOP. **Cooperativas aumentam iniciativas para alcançar metas da ONU até 2030**. MundoCoop, 2024. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/destaque/cooperativas-aumentam-iniciativas-para-alcancar-metas-da-onu-ate-2030/>. Acesso em 15 jan. 2026

MUNDOCOOP. **Cooperativas por um mundo pacífico: ACI anuncia tema do Dia Internacional das Cooperativas 2026**. MundoCoop, 2026. Disponível em:

<https://mundocoop.com.br/destaque/cooperativas-por-um-mundo-pacifico-aci-anuncia-tema-do-dia-internacional-das-cooperativas-2026/>. Acesso em 14 mai. 2026

MUNDOCOOP. **Dia C marca impacto do cooperativismo pelo país.** MundoCoop, 2024. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/destaque/dia-c-marca-impacto-do-cooperativismo-pelo-pais/>. Acesso em 15 jan. 2026

ONU. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ONU. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Cooperativas são atores-chaves no alcance do desenvolvimento sustentável.** ONU Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/155502-cooperativas-s%C3%A3o-atores-chave-no-alcance-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OLIVEIRA, Marina. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Metas e Significado.** 2025. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal CredCarbo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-QnmcSeJtNs>. Acesso em 26 mar. 2026

OLICSHEVIS, Dionísio. Curso para Conselheiros Fiscais. Goiânia: [S.n.], 2004. 86p. [Apostila].

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: OCB, 2023.

SACHS, Jeffrey D. **The Age of Sustainable Development.** New York: Columbia University Press, 2015

SCHNEIDER, José Odelso. **Quatro funções básicas das cooperativas. Sua atualidade.** *Revista Cooperativismo & Desarrollo*, v.20, n. 101, p.79-90, jul./dez. 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, J. C.; *et al.* **Contribuição do cooperativismo de crédito, em Minas Gerais, considerando o pilar social do ESG – Ambiental, Social e Governança.** *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, 2024.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA OCB. **Representação institucional garante voz e visibilidade ao cooperativismo.** Sicoob Notícias, 2024. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/184137865?p_r_p_categoryId=1433079. Acesso em: 26 mar. 2026

SISTEMA OCB. **Cartilha Dia de Cooperar: histórico e diretrizes.** Brasília: OCB, 2024. Disponível em: https://conteudo.somos.coop.br/images/DiaC/arquivos/Materiais_Promocionais/2024/Cartilha/Dia_C-2024-Cartilha-Impress%C3%A3o.pdf. Acesso em 5 mar. 2026

SISTEMA OCB. **Conheça o cooperativismo.** Brasília: OCB, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://somos.coop.br/conheca-o-coop#historia>. Acesso em 5 mar. 2026